

**RESOLUÇÃO Nº 15.428****Processo n.º 202000710-00****Classe:** Consulta**Referência:** Câmara Municipal de Água Azul do Norte**Interessado:** Rodrigo de Souza Leite**Instrução:** Diretoria Jurídica**Relatora:** Conselheira Mara Lúcia B. da Cruz**Exercício:** 2020Tribunal de Contas dos Municípios  
Ato publicado no D.O.E nº 876  
de 05.10.20, pg. 6  
Responsável

**EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA AZUL DO NORTE. EXERCÍCIO DE 2020. IMPOSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO ATRAVÉS DE LEI ESPECÍFICA DE VERBA INDENIZATÓRIA PARA CUSTEAR DESPESAS COM LOCOMOÇÃO DE VEREADOR PARA DESENVOLVER A SUA ATIVIDADE DIÁRIA PARLAMENTAR. INVIABILIDADE DE PREVER TODAS AS DESPESAS PASSÍVEIS DE INDENIZAÇÃO NO ÂMBITO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR. ILEGALIDADE DE AUXÍLIO OU QUALQUER OUTRA ESPÉCIE DE VERBA, A QUAL INCIDINDO CARÁTER PERMANENTE, FIXO E MENSAL, REVESTIR-SE DE NATUREZA REMUNERATÓRIA INDIRETA, INFRINGINDO O REGIME DE SUBSÍDIOS, BEM COMO OS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, E EFICIÊNCIA, ALÉM DE IMPLICAR EM ACRÉSCIMO AO SUBSÍDIO LEGALMENTE ESTIPULADO AOS EDIS.**

*1. Parcelas indenizatórias são possíveis apenas quando da realização de despesas não afeta às funções típicas que legitimam o referido subsídio, atividades excedentes, transitórias e que demandam gastos extraordinários, as quais se caracterizam, claramente, pela sua eventualidade e isolamento.*

*2. Verba indenizatória, cabe ao ordenador observar os requisitos instituídos por lei, verificar a natureza do dispêndio realizado pelo vereador, exigir a documentação necessária para comprovar o exercício da função pública e a prestação de contas.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso IX, da LC n.º 109/2016**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 23-32**, que passam a integrar esta decisão.

## RESOLUÇÃO Nº 15.428

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **29 de julho de 2020.**

  
Conselheiro **Sérgio Leão**  
Presidente

  
Conselheira **Mara Lúcia**  
Relatora

**Presentes:** Conselheiros José Carlos Araújo; Mara Lúcia; Cezar Colares; Sérgio Leão; Antônio José Guimarães; Conselheira Substituta Márcia Costa e Procuradora Maria Regina Cunha.



## RESOLUÇÃO Nº 15.428

**Processo n.º 202000710-00**

**Classe:** Consulta

**Referência:** Câmara Municipal de Água Azul do Norte

**Interessado:** Rodrigo de Souza Leite

**Instrução:** Diretoria Jurídica

**Relatora:** Conselheira Mara Lúcia B. da Cruz

**Exercício:** 2020

### RELATÓRIO

A Câmara Municipal de Água Azul do Norte, representada por seu presidente, Sr. **Rodrigo de Souza Leite**, exercício de 2020, encaminhou a presente **CONSULTA**, na qual solicitou manifestação desta Corte de Contas acerca dos seguintes questionamentos:

- 1. A possibilidade ou não de criação através de Lei específica de verba indenizatória para custear despesas com locomoção de vereador para desenvolver a sua atividade diária parlamentar, considerado o exercício da vereança, uma vez que o mesmo tenha residência no interior do Município, distando até 120 km da sede da edilidade?*
- 2. Objetivamente, se permitida a instituição de verba indenizatória, quais são os tipos de despesas admissíveis por esse Egrégio Tribunal de Contas que poderão ser pagas com a referida verba?*
- 3. A instituição ou manutenção da verba indenizatória, considerando o Presidente da Câmara como o único ordenador legal de despesas, em quaisquer uma das casas legislativas municipais desta unidade da federação, não estaria sendo infringidos os princípios constitucionais rege-dores da Administração Pública, a exemplo dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e razoabilidade?*

Após despacho desta relatora, a consulta foi encaminhada para instrução da Diretoria Jurídica, que emitiu o **Parecer n.º 113/2020/DIJUR/TCM-PA**, o qual transcrevo e adoto como relatório, com destaques nos seguintes termos:

*Preliminarmente, em resposta ao questionamento formulado na vertente consul-ta, cumpre-nos assentar, desde já, o posicionamento desta DIJUR/TCM-PA, no*



## RESOLUÇÃO Nº 15.428

sentido de que é ilegal e inadmissível a concessão de verba indenizatória a vereador para custear despesas com locomoção para desenvolver sua atividade parlamentar em razão de residir fora da sede da edilidade, sob pena de se converter em parcela remuneratória indireta, uma vez que trata-se de uma atividade habitual do parlamentar, a qual é inerente ao exercício da vereança, como veremos:

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA, no decorrer dos anos enfrentou diversas vezes o tema questionado na presente consulta, no que se refere especificamente à possibilidade de pagamento de verbas indenizatórias a parlamentares municipais.

Neste sentido, o posicionamento atual acerca da matéria se deu por meio da aprovação da **Resolução n.º 11.819/2015**, a qual resultou no **Prejulgado de Tese n.º 013/2015** (em anexo), que consiste no entendimento de que é cabível e lícito o pagamento de verba indenizatória a parlamentar, destinada a compensá-lo por despesas por ele realizadas pessoalmente no desempenho de suas atribuições parlamentares, desde que, definidas as condições para sua concessão e a forma de ressarcimento em legislação local, estejam adequadas às situações passíveis de indenização, conforme observado na seguinte ementa:

EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE ATENDIDOS. PAGAMENTO DE VERBA INDENIZATÓRIA A PARLAMENTAR DESDE QUE DESTINADA A COMPENSÁ-LO POR DESPESAS REALIZADAS PESSOALMENTE NO DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES. DEFINIDAS AS CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO E RESSARCIMENTO EM LEGISLAÇÃO LOCAL CARÁTER EVENTUAL. OBRIGATORIEDADE DE COMPROVAÇÃO E NEXO DE CAUSALIDADE. APRECIACÃO COM BASE NO ART. 1, INCISO XVI, DA LEI N 084/2012 DO TCM.

(RESOLUÇÃO Nº 11.819/2015-PREJULGADO DE TESE Nº013/2015. RELATOR: CONS. ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES. JULGADO EM 24/03/2015).

Assim, com base na decisão supracitada, cumpre-nos ressaltar que existem determinados requisitos estabelecidos para o pagamento das verbas indenizatórias aos parlamentares, os quais foram adotados pelo TCM-PA, no teor da Resolução n.º 11.819/2015 – Prejulgado de Tese nº 013/2015, sendo oportuno destacar dentre eles, a não abrangência de despesas de responsabilidade pessoal do agente público, cuja contraprestação pelo serviço público redunde em remuneração ou subsídio, bem como que a verba indenizatória só poderá ser paga em caráter eventual, impossível de utilização como complementação salarial, sempre com a obrigatoriedade de comprovação da situação episódica justificadora, além da concessão em observância aos princípios da legalidade, razoabilidade, moralidade, publicidade e impessoalidade.

Dessa forma, verifica-se que a situação de **pagamento de verba indenizatória a vereador que reside fora da sede da edilidade, para custear despesas de locomoção referentes à sua atividade diária parlamentar não se ade-**



## RESOLUÇÃO Nº 15.428

**qua aos requisitos necessários para a concessão da verba indenizatória, uma vez que não trata-se de situação eventual que ocorreu no desempenho de suas atribuições parlamentares e que enseja ressarcimento, mas sim de uma responsabilidade pessoal do vereador, um gasto habitual preexistente à sua atividade parlamentar.**

Sendo assim, denota-se claramente que na situação fática exposta, a concessão de verba indenizatória em caráter permanente infringiria os princípios da legalidade, razoabilidade, moralidade, publicidade e impessoalidade, uma vez que não se vislumbra razões legais e morais, tampouco razoáveis para a referida concessão.

Ainda acerca da resposta da consulta, o TCM-PA decidiu que é incabível às Cortes de Contas determinar todas as despesas passíveis de indenização no âmbito da atividade parlamentar, cujas condicionantes podem variar de município para município.

Ademais, cumpre-nos salientar o Parecer nº 89/2019/DIJUR/TCM-PA (em anexo), amparado nos autos do Processo nº 201605526-00, referente à consulta formulada pela Câmara Municipal de Óbidos, sob relatoria do Exmo. Conselheiro-Substituto SÉRGIO DANTAS, acerca da legalidade do encaminhamento de Projeto de Resolução n.º 02/16, editado pela Câmara Municipal de Óbidos que **"dispõe sobre o fornecimento de combustíveis aos gabinetes dos vereadores para uso de veículos disponibilizados para atividades parlamentares"**, conforme ementa:

EMENTA: CONSULTA INTERNA. ENCAMINHAMENTO DE ATO. ANÁLISE DE LEGALIDADE. CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS. EXERCÍCIO DE 2016. FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL AOS GABINETES DOS VEREADORES. ENSINAMENTOS DOS ARTIGOS 39, §4º E 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. USO DE VEÍCULO PARTICULAR – DIFICULDADE DE MENSURAR O QUANTUM. AUSÊNCIA DE VEÍCULOS OFICIAIS. CONTEXTUALIZAÇÃO, PRIMAZIA DA REALIDADE. FIXAÇÃO DE PRESSUPOSTOS DE CONTROLE. (PARECER JURÍDICO Nº 89/2019 – DIRETORIA JURÍDICA – TCM/PA).

Neste aspecto, no teor do Parecer supracitado, esta DIJUR, dentre vários pontos, se manifestou pela impossibilidade de instituição pela Câmara de Vereadores, de auxílio ou qualquer outra espécie de verba remuneratória de caráter permanente, fixo e mensal para o ressarcimento de despesas com combustível por possuírem natureza remuneratória, o que implicaria em acréscimo ao subsídio legalmente estipulado aos Edis, infringindo o regime de subsídios estabelecido nos artigos 37, incisos X e XI e 39, §4º2, da Constituição Federal, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, e eficiência.

Ainda, foi aduzido que o pagamento de verbas indenizatórias não deve abranger atividades habituais e inerentes ao exercício da vereança, como o comparecimento às sessões legislativas ou o deslocamento do vereador na circunscrição do município, sob pena de se converter em parcela remuneratória indireta.



## RESOLUÇÃO Nº 15.428

*Ainda, é válido ressaltar que, o pagamento de verba indenizatória a vereador que reside fora da sede da edilidade para despesas com locomoção é diferente do uso de veículos particulares, no exercício da função pública, relacionados ao deslocamento dos vereadores a serviço do interesse público, desde que haja prévia autorização legal e sejam cumpridos os pressupostos, em razão da realidade da grande maioria das Câmaras Municipais no Estado do Pará, onde, por vezes, com vistas a redução de custos, os próprios vereadores conduzem os veículos que são destinados ao deslocamento dos mesmos, dada a inexistência de motoristas, junto aos quadros de pessoal do Legislativo. Neste caso, portanto, pode-se admitir a compensação financeira por meio de verba indenizatória.*

*Sendo assim, esta DIJUR concluiu que a instituição de verba de gabinete, auxílio-combustível ou qualquer outra espécie de verba indenizatória para o ressarcimento de despesas pelo uso de veículo próprio de vereador no exercício de mandato eletivo na circunscrição municipal deve ser precedida de autorização legal, sob pena de configurar acréscimo inconstitucional ao subsídio mensal estipulado.*

*Em suma, diante dos entendimentos firmados por esta DIJUR nos termos do Parecer nº 89/2019/DIJUR/TCM-PA, bem como do Plenário desta Corte de Contas, por meio da Resolução nº 11.819/2015, a qual resultou no Prejulgado de Tese nº 013/2015, conclui-se pela impossibilidade de concessão de verba indenizatória para custear despesas com locomoção de vereador que reside fora da sede da edilidade sob pena de se converter em parcela remuneratória indireta, uma vez que trata-se de uma atividade habitual do parlamentar, a qual é inerente ao exercício da vereança.*

*Entretanto, diante da realidade encontrada nos municípios paraenses, onde os vereadores utilizam seus veículos próprios e os conduzem, dada a inexistência de motoristas junto aos quadros de pessoal do Legislativo, entende-se que cabe o pagamento de verba indenizatória para o ressarcimento financeiro das despesas de locomoção, desde que comprovado nas situações que os gastos se deram no exercício do mandato parlamentar, ou seja, exclusivamente para desempenhar missões/atribuições de interesse público e deve ser precedida de autorização legal.*

*Por fim, com o escopo de abordarmos os diversos aspectos acerca do tema, cumpre-nos salientar o posicionamento desta DIJUR, por meio do Parecer n.º 111/2018, vinculado aos autos de Consulta oriunda da Câmara Municipal de 2018 (Processo n.º 201803374-00), quanto à possibilidade do reembolso ou adiantamento de numerário a vereadores/servidores para cobertura de despesas com combustíveis, em forma de suprimento de fundos, desde que exista previsão em lei municipal, nos casos em que não seja possível o abastecimento da frota em fornecedores contratados, notadamente daqueles localizados fora do município de atuação do órgão, quando necessário o deslocamento, via terrestre, em virtude das atividades parlamentares ou funcionais, conforme ementa:*

**CONSULTA. REEMBOLSO OU ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO A VEREADORES/SERVIDORES PARA COBERTURA DE DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS. ABASTECIMENTO DA FROTA COM FORNE-**



## RESOLUÇÃO Nº 15.428

*CEDORES NÃO CONTRATADOS. DESLOCAMENTOS TERRESTRES PARA FORA DO MUNICÍPIO EM VIRTUDE DE ATIVIDADES FUNCIONAIS.*

*1. É possível O reembolso ou adiantamento de numerário a vereadores/servidores para cobertura de despesas com combustíveis, em casos em que não seja possível o abastecimento da frota em fornecedores contratados, em especial aqueles localizados fora do município de atuação do órgão, quando necessário o deslocamento, via terrestre, para fora do município em virtude das atividades parlamentares ou funcionais.*

*2. O Suprimento de Fundos, também denominado de regime de adiantamento consiste na entrega de numerário ao servidor público para a realização de despesa precedida de empenho na dotação própria, a fim de realizar despesas as quais em caráter excepcional, a critério do ordenador de despesas e sob sua inteira responsabilidade, não possam subordinar-se ao procedimento normal de aplicação, conforme os arts. 68 e 69 da Lei Federal nº 4.320/64, Decreto Estadual nº 1.180/2008 e Manual de Concessão, Aplicação e Prestação de Contas de Recursos em regime de adiantamento (Suprimento de Fundos) do TCM-PA.*

*3. É possível os vereadores como agentes políticos receberem adiantamento de numerário na forma de suprimento de fundos, desde que exista previsão em Lei Municipal.*

*Esclarecemos, por oportuno, que a referida Consulta e, por conseguinte, o citado Parecer desta DIJUR, foram acatados pela Exma. Conselheira MARA LÚCIA, a qual na relatoria dos autos, submeteu os autos ao Colendo Plenário, permanecendo suspenso seu julgamento, em virtude de Pedido de Vista, do Exmo. Conselheiro CEZAR COLARES, estando os mesmos, conforme informações do SIPWIN, coletadas nesta data, tramitados ao seu Gabinete.*

### **IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

*Objetivando assegurar resposta objetiva e conclusiva aos quesitos formulados, além de breves orientações aos Poderes Executivos e Legislativos Municipais, assemos que:*

*1) A possibilidade ou não de criação através de Lei específica de verba indenizatória para custear despesas com locomoção de vereador para desenvolver a sua atividade diária parlamentar, considerado o exercício da vereança, uma vez que o mesmo tenha residência no interior do Município, distando até 120 km da sede da edilidade?*

**Resposta:** *É ilegal e inadmissível a concessão de verba indenizatória para custear despesas com locomoção de vereador que reside fora da sede da edilidade, sob pena de se converter em parcela remuneratória indireta, uma vez que se tra-*



## RESOLUÇÃO Nº 15.428

*ta de uma atividade habitual do parlamentar, a qual é inerente ao exercício da vereança.*

*2) Objetivamente, se permitida a instituição de verba indenizatória, quais são os tipos de despesas admissíveis por esse Egrégio Tribunal de Contas que poderão ser pagas com a referida verba?*

**Resposta:** *É incabível às Cortes de Contas determinar todas as despesas passíveis de indenização no âmbito da atividade parlamentar, cujas condicionantes podem variar de município para município.*

*Entretanto, diante da realidade encontrada nos municípios paraenses, onde os vereadores utilizam seus veículos próprios e os conduzem, dada a inexistência de motoristas junto aos quadros de pessoal do Legislativo, entende-se que cabe o pagamento de verba indenizatória para o ressarcimento financeiro das despesas de locomoção extraordinária, desde que comprovado nas situações que os gastos se deram no exercício do mandato parlamentar, mediante regular processo administrativo de solicitação de autorização de deslocamento e reembolso de despesas e/ou pagamento de diárias, ou seja, exclusivamente para desempenhar missões/atribuições de interesse público, as quais deverão precedidas de autorização legal.*

*3) A instituição ou manutenção da verba indenizatória, considerando o Presidente da Câmara como o único ordenador legal de despesas, em quaisquer uma das casas legislativas municipais desta unidade da federação, não estaria sendo infringidos os princípios constitucionais regedores da Administração Pública, a exemplo dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e razoabilidade?*

**Resposta:** *É ilegal a instituição pela Câmara de Vereadores, de auxílio ou qualquer outra espécie de verba, a qual incidindo caráter permanente, fixo e mensal, inclusive para o ressarcimento de despesas com combustível, ver-se-á revestir de natureza remuneratória indireta, infringindo o regime de subsídios estabelecido nos incisos X e XI do art. 37 e §4º do art. 39 da Constituição Federal, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, e eficiência, além de implicar em acréscimo ao subsídio legalmente estipulado aos Edis.*

*Lado outro, reitera-se o esclarecimento, no sentido de que o Suprimento de Fundos, também denominado de regime de adiantamento consiste na entrega de numerário ao servidor público para a realização de despesa precedida de empenho na dotação própria, a fim de realizar despesas as quais em caráter excepcional, a critério do ordenador de despesas e sob sua inteira responsabilidade, que não possam se subordinar ao procedimento normal de aplicação, conforme os arts. 68 e 69 da Lei Federal n.º 4.320/64, Decreto Estadual n.º 1.180/2008 e Manual de Concessão, Aplicação e Prestação de Contas de Recursos em regime de adiantamento (Suprimento de Fundos) do TCM-PA.*

Assim, considerando o atendimento das formalidades regimentais para processamento dos presentes autos sob a forma de consulta, conforme imperativo



## RESOLUÇÃO Nº 15.428

regimental e, ainda, com base na transcrita manifestação exarada pela Diretoria Jurídica deste TCM-PA, na forma do presente relatório, submeto à consideração deste Colendo Plenário, o qual recebeu prévia distribuição aos Gabinetes dos Ilustres Conselheiros com o escopo de conhecimento antecipado e aprofundamento sobre o tema em debate.

### É o relatório.

### VOTO

**PRELIMINARMENTE**, cumpre analisar a regularidade da presente **Consulta**, a qual se confirma em razão do atendimento das formalidades inculpidas nos **arts. 298, 299 e 300 do RI/TCM-PA**, tendo sido formulada por autoridade competente, além de questionar tema com inescusável interesse às atividades de controle externo realizadas por esta Corte de Contas, notadamente, quando busca traçar a preconizada atuação pedagógica, junto aos jurisdicionados, na constitucional aplicação de recursos públicos, pelo que passo à análise de mérito da mesma, tal como proposta.

**NO MÉRITO**, a consulta formulada diante desta Corte de Contas objetiva provocar manifestação acerca dos seguintes questionamentos:

- 1. A possibilidade ou não de criação através de Lei específica de verba indenizatória para custear despesas com locomoção de vereador para desenvolver a sua atividade diária parlamentar, considerado o exercício da vereança, uma vez que o mesmo tenha residência no interior do Município, distando até 120 km da sede da edilidade?*
- 2. Objetivamente, se permitida a instituição de verba indenizatória, quais são os tipos de despesas admissíveis por esse Egrégio Tribunal de Contas que poderão ser pagas com a referida verba?*
- 3. A instituição ou manutenção da verba indenizatória, considerando o Presidente da Câmara como o único ordenador legal de despesas, em quaisquer uma das casas legislativas municipais desta unidade da federação, não estaria sendo infringidos os princípios constitucionais regedores da Administração Pública, a exemplo dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e razoabilidade?*



## RESOLUÇÃO Nº 15.428

1. Quanto ao primeiro questionamento, cumpre destacar que o §4º do art. 39 da Constituição Federal instituiu um regime de subsídios que impede o acréscimo de quaisquer vantagens pecuniárias (gratificação, adicional, abono, verba prêmio entre outros) de cunho remuneratório, exceto parcelas indenizatórias, as quais devem preencher determinados requisitos legais para que sejam concedidas.

De forma objetiva, as parcelas indenizatórias são possíveis apenas quando da realização de despesas não afeta às funções típicas que legitimam o referido subsídio, atividades excedentes, transitórias e que demandam gastos extraordinários, as quais se caracterizam, claramente, pela sua eventualidade (não podem ser pagas com o propósito de se ressarcir atividades habituais e corriqueiras do mandato parlamentar) e isolamento (não se incorporam aos subsídios para qualquer fim), o que não é o caso ora sob análise, pois o consulente deixa claro que o questionamento se refere à possibilidade de pagamento de parcela indenizatória para custear despesas com locomoção de vereador para **desenvolver a sua atividade diária parlamentar, sendo que o deslocamento do agente político para comparecer às sessões legislativas é função típica, diária, rotineira e inerente à atividade da vereança.**

O contrário implicaria convolar parcela indenizatória em remuneratória e, dessa forma, configuraria claro acréscimo inconstitucional ao subsídio mensal fixado, conforme muito bem delineado em Parecer da DIJUR, *in verbis*:

(..) cumpre-nos assentar, desde já, o posicionamento desta DIJUR/TCM-PA, no sentido de que é ilegal e inadmissível a concessão de verba indenizatória a vereador para custear despesas com locomoção para desenvolver sua atividade parlamentar em razão de residir fora da sede da edilidade, sob pena de se converter em parcela remuneratória indireta, uma vez que trata-se de uma atividade habitual do parlamentar, a qual é inerente ao exercício da vereança.



## **RESOLUÇÃO Nº 15.428**

2. Concernente ao segundo questionamento, entendo não ser possível a esta Corte de Contas prever todas as despesas passíveis de indenização no âmbito da atividade parlamentar, pois cada Ente político possui suas peculiaridades e realidades.

Entretanto, quando se tratar de verba indenizatória, cabe ao ordenador observar os requisitos instituídos por lei, verificar a natureza do dispêndio realizado pelo vereador, exigir a documentação necessária para comprovar o exercício da função pública e a prestação de contas, tomando todos os cuidados necessários para não se confundir com as despesas institucionais que seguem formas usuais de processamento como diárias, ajudas de custo, entre outros.

Quando se tratar da utilização de veículos particulares ou próprios para o exercício de função parlamentar, é preciso entender que, em regra, pelo Princípio da Moralidade Administrativa e da razoabilidade, é vedada a sua utilização, porém, como destaca a DIJUR, é possível que haja pagamento para indenizar despesas decorrentes de sua utilização, desde que reste configurada a despesa de interesse estritamente da Administração Pública, bem como seu caráter excepcional e transitório, consoante trecho transcrito abaixo:

(...) diante da realidade encontrada nos municípios paraenses, onde os vereadores utilizam seus veículos próprios e os conduzem, dada a inexistência de motoristas junto aos quadros de pessoal do Legislativo, entende-se que cabe o pagamento de verba indenizatória para o ressarcimento financeiro das despesas de locomoção extraordinária, desde que comprovado nas situações que os gastos se deram no exercício do mandato parlamentar, mediante regular processo administrativo de solicitação de autorização de deslocamento e reembolso de despesas e/ou pagamento de diárias

3. No que respeita ao terceiro questionamento, entendo ter sido plenamente esclarecido quando da resposta ao primeiro questionamento, à medida que foram traçadas todas as características que revestem as parcelas de natureza indenizatória.



## RESOLUÇÃO Nº 15.428

De qualquer maneira, transcrevo abaixo o parágrafo da DIJUR em que esclarece:

É ilegal a instituição pela Câmara de Vereadores, de auxílio ou qualquer outra espécie de verba, a qual incidindo caráter permanente, fixo e mensal, inclusive para o ressarcimento de despesas com combustível, ver-se-á revestir de natureza remuneratória indireta, infringindo o regime de subsídios estabelecido nos incisos X e XI do art. 37 e §4º do art. 39 da Constituição Federal, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, e eficiência, além de implicar em acréscimo ao subsídio legalmente estipulado aos Edis.

Esta é a resposta à consulta formulada, a qual submeto à deliberação deste Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em  
**29 de julho de 2020.**

MARA LUCIA  
BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253

Assinado de forma digital por  
MARA LUCIA BARBALHO DA  
CRUZ:23736879253  
Dados: 2020.09.30 11:39:59  
-03'00'

Conselheira **MARA LÚCIA**  
Relatora